

Corpo de Marinheiros	
1.ª Brigada	
Cabo artilheiro . . . . .	1
Artilheiros . . . . .	4
2.ª Brigada	
Sargento ajudante condutor de máquinas . . . . .	1
Primeiros sargentos condutores de máquinas . . . . .	2
Segundo sargento condutor de máquinas . . . . .	1
Cabo fogueiro . . . . .	1
Primeiros fogueiros . . . . .	2
Segundos fogueiros . . . . .	5
Chegadores . . . . .	6
3.ª Brigada	
Primeiro sargento de manobra . . . . .	1
Segundo sargento de manobra . . . . .	1
Cabo marinheiro . . . . .	1
Primeiro marinheiro . . . . .	1
Grumetes . . . . .	4
Cabo telegrafista . . . . .	1
Segundo marinheiro telegrafista . . . . .	1
Marinheiros T. S. . . . .	2
5.ª Brigada	
Primeiro ou segundo sargento . . . . .	1
Enfermeiro . . . . .	1
Primeiro cozinheiro . . . . .	1
Segundo cozinheiro . . . . .	1
Criado . . . . .	1
Total . . . . .	43

Majoria General da Armada, 12 de Abril de 1916.—  
*Álvaro da Costa Ferreira*, contra-almirante.

**MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS**  
**Direcção Geral das Colónias**  
**7.ª Repartição**

**DECRETO N.º 2:334**

Atendendo ao que requerem a Companhia de Cabinda pedindo autorização para reunir a assemblea geral, a fim de autorizar a direcção a contrair um empréstimo garantido por hipoteca ou por meio duma emissão de obrigações e destinado ao desenvolvimento da cultura dos terrenos que possui na região de Mayombe;

Considerando que o principal facto que determinou a promulgação do decreto n.º 910, de 30 de Setembro de 1914, adiou, até ulterior resolução do Governo, a convocação e reunião das assembleas gerais das companhias coloniais, foi a impossibilidade de permitir aos accionistas estrangeiros os meios de depositarem as acções ao portador para a sua representação em assemblea geral, circunstância esta que se não dá com a Companhia de Cabinda, visto que os seus accionistas que podem tomar parte na assemblea geral residem todos no continente da República:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, autorizar a Companhia de Cabinda a reunir a sua assemblea geral com o fim de conferir poderes à direcção para contrair um empréstimo garantido por hipoteca ou por meio duma emissão de obrigações, ficando desta forma alterado o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 910, de 30 de Setembro de 1914, quanto à referida Companhia.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Abril de 1916.—*Bernardino Machado*—*António José de Almeida*.